



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Instituto de Previdência do Município de Alagoinha - IPEMA. Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais. Legalidade. Registro ao ato.

A C Ó R D Ã O AC2 - TC -03187/15

RELATÓRIO

01. Processo: TC-13719/15.
02. Origem: **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHA - IPEMA.**
03. Aposentando:
 - 3.1. Benefício: **Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais.**
 - 3.2. Beneficiária: **ROSA APOLINÁRIO DE MEIRELES SILVA**
 - 3.3. Cargo: **Professora E-VII.**
 - 3.4. Idade na data do ato: **50 anos (fls. 05).**
 - 3.5. Lotação: **Secretaria Municipal de Educação de Alagoinha.**
 - 3.6. Matrícula: **445.**
04. Caracterização da Aposentadoria:
 - 4.1. Natureza: **Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais.**
 - 4.2. Autoridade responsável: **Diretora Presidenta do Instituto de Previdência do Município de Alagoinha - IPEMA**
 - 4.3. Ato e data: **Portaria N° 02/2015 de 11/02/2015 (fls. 109).**
 - 4.4. Órgão e data da Publicação: **Diário Oficial do Município de Alagoinha do dia 20 de fevereiro de 2015 (fls. 110).**
05. Relatório da Auditoria: **Em seu relatório de (fl. 112/113), sugere a legalidade da aposentadoria, formalizada pela Portaria N° 02/2015.**

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Oral, na sessão, de acordo com o entendimento da Auditoria, pela legalidade da aposentadoria em apreço.

VOTO DO RELATOR

Pela legalidade e concessão de registro ao ato de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais da Senhora ROSA APOLINÁRIO DE MEIRELES SILVA, formalizado pela Portaria N° 02/2015 de 11/02/2015 (fls. 109).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 2ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais da Senhora ROSA APOLINÁRIO DE MEIRELES SILVA, formalizado pela Portaria N° 02/2015, constante às fls. 109, supra caracterizado.

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da 2ª Câmara do TCE-PB – Mini Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.
João Pessoa, 13 de outubro de 2015.

Conselheiro Arnóbio Alves Viana - Presidente da 2ª Câmara

Conselheiro Nominando Diniz - Relator

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal